CIJ orienta sobre realização de audiências concentradas em entidades de acolhimento institucional

Conforme preconiza o Provimento nº 32 do CNJ, os Juízes Titulares, Substitutos ou Auxiliares das Varas da Infância e da Juventude, sem prejuízo do andamento regular, permanente e prioritário dos processos sob sua condução, devem realizar, em suas respectivas comarcas, preferencialmente nos meses de abril e outubro, audiências concentradas para reavaliação de cada uma das medidas protetivas de acolhimento, diante de seu caráter excepcional e provisório, com a subseqüente confecção de atas individualizadas para juntada em cada um dos processos.

As audiências concentradas, sempre que possível, devem ser realizadas nas dependências das entidades de acolhimento, com a presença dos atores do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Observando-se o disposto no Provimento nº 32, referido acima, **a CIJ** indica o seguinte roteiro para a realização das audiências:

I - conferência pela vara, no Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos – CNCA - dos dados cadastrais da(s) entidade(s) de acolhimento a ela submetida(s), com a atualização completa dos seus dados;

II - levantamento prévio, a ser feito diretamente perante a(s) entidade(s) de acolhimento ou por ela encaminhado, da lista dos nomes das crianças e adolescentes ali acolhidos;

III - conclusão ao gabinete de todos os processos dos infantes listados no inciso anterior onde foi aplicada a medida protetiva de acolhimento, autuando-se desde já novos processos em favor dos acolhidos que, eventualmente, se encontrarem na instituição de forma irregular, ou seja, sem guia de acolhimento ou qualquer decisão judicial respaldando a institucionalização;

IV - designação das audiências e intimação do Ministério Público, Defensoria Pública, e representantes dos seguintes órgãos, onde houver, para fins de envolvimento único e tomada de medidas efetivas que visem abreviar o período de institucionalização:

a) Equipe interdisciplinar atuante perante a vara da infância e juventude;

b) Conselho Tutelar;

c) Entidade de acolhimento e sua equipe interdisciplinar;

d) Secretaria Municipal de Assistência Social;

e) Secretaria Municipal de Saúde;

f) Secretaria Municipal de Educação;

g) Secretaria Municipal de Trabalho/ Emprego

h) Secretaria Municipal de Habitação;

i) Escrivã(o) da própria Vara;

V - Intimação prévia dos pais ou parentes dos acolhidos que com eles mantenham vínculos de afinidade e afetividade, ou sua condução no dia do ato.

VI - Confecção de ata de audiência individualizada para cada acolhido ou grupo de irmãos, com assinatura dos presentes e as medidas tomadas, com a sua juntada aos respectivos autos.

VII - Anotação final das medidas tomadas nas audiências, para fins estatísticos, a ser incluída no Sistema CNCA, em campo criado exclusivamente para este fim (Item Audiências Concentradas - Questionário Eletrônico), separado por entidade de acolhimento, com os seguintes dados fundamentais:

a) semestre a que se referem (1º ou 2º) / ano;

b) local onde as audiências se realizaram;

c) total geral de acolhidos na entidade;

d) total de acolhidos com genitores falecidos ou desconhecidos;

e) total de acolhidos com consentimento ou a pedido dos genitores para colocação em família substituta;

f) total de audiências realizadas;

g) total de reintegrados à família natural (pai e/ou mãe);

h) total de reintegrados à família extensa;

i) total de reintegrados à família substituta;

- j) total de mantidos acolhidos;
- k) total de acolhidos há mais de 2 (dois) anos ininterruptamente;
- l) total de acolhidos há mais de 6 (seis) meses sem ação de destituição do poder familiar ajuizada;
- m) total de acolhidos há mais de 6 (seis) meses com ação de destituição do poder familiar em andamento;
- n) total de acolhidos há mais de 6 (seis) meses com ação de destituição do poder familiar com sentença transitada em julgado;

Na audiência, sem prejuízo do uso deste roteiro na condução rotineira do processo antes e depois da audiência, sugere-se seja observado e regularizado minimamente o seguinte:

- a) Há nos autos alguma tarja específica identificando que se trata de processo com infante acolhido?
- b) Há nos autos foto(s) da criança ou do adolescente, de preferência na primeira página após a capa?
- c) O acolhimento foi realizado por decisão judicial ou ao menos por ela ratificado?
- d) Foi expedida a competente Guia de Acolhimento no Sistema CNCA com juntada de cópia nos autos?
- e) O infante possui certidão de nascimento com cópia juntada aos autos?
- f) O infante está matriculado na rede oficial de ensino?
- g) O infante, se o caso, recebeu atendimento médico necessário aos eventuais problemas de saúde que possuía?
- h) O infante recebe visita dos familiares? Com qual frequência?
- i) Já foi elaborado o PIA de que trata do art. 101, § 4º do ECA?
- j) A criança, respeitado seu estágio de desenvolvimento e capacidade de compreensão, ou o adolescente, bem como seus pais, já foram ouvidos em juízo e informados dos seus direitos e dos motivos que determinaram a intervenção nos termos do que dispõe os incisos XI e XII do parágrafo único do art. 100 do ECA?
- k) O acolhido e/ou seus pais ou responsáveis foram encaminhados a programas oficiais ou comunitários de orientação, apoio e promoção social com vistas a futura reintegração familiar?
- l) É possível no momento a reintegração do infante à família de origem?
- m) Em caso negativo, foram esgotadas as buscas de membros da família extensa que possam ter o infante sob sua guarda?
- n) Se o caso, já foi ajuizada a ação de destituição do poder familiar? Em que data?
- o) Em caso positivo, está ela tendo o andamento adequado?
- p) Se já transitou em julgado a ação de destituição, o nome do infante já foi inserido adequadamente no Cadastro Nacional de Adoção?
- q) Foi tentada, pelo Cadastro Nacional de Adoção, a busca de eventuais pretendentes? Qual a última vez que foi tentada a busca?

Concluídas as audiências, será de responsabilidade do magistrado o preenchimento eletrônico das estatísticas de que trata o art. 1º, parágrafo segundo, inciso VIII deste Decreto no Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos (CNCA) em campos próprios criados para este fim - Questionário Eletrônico das Audiências Concentradas.

O magistrado deve, no sistema CNCA, verificar se:

I - As entidades de acolhimento existentes na Comarca foram cadastradas, devendo **proceder ao cadastramento** das entidades em funcionamento não cadastradas e à **exclusão** das entidades desativadas, após efetuar a **migração** dos acolhidos, no sistema, para a entidade de acolhimento onde efetivamente se encontram.

II - A **listagem de acolhidos** de sua Comarca/Vara, por Entidade de Acolhimento, corresponde às crianças e adolescentes que **efetivamente** se encontram na entidade. Identificada na listagem alguma criança/adolescente que não mais se encontra acolhida, regularizar a situação no sistema, expedindo a **Guia de Desligamento**, com a data efetiva em que ocorreu, juntando cópia aos autos.

III - Caso não haja acolhidos cadastrados no sistema, **proceder ao cadastramento dos acolhidos**, extraíndo-se a **Guia de Acolhimento** em duas vias, sendo uma para via ser juntada ao processo da criança e a outra encaminhada à entidade.

IV- O Serviço de Família Acolhedora existente na Comarca foi devidamente cadastrado no sistema,

devendo **proceder ao cadastramento** das famílias acolhedoras ou do serviço de famílias acolhedoras da comarca, procedendo, em seguida, ao cadastramento das crianças e adolescentes acolhidos em família acolhedora, com a devida extração da **Guia de Acolhimento**

IV – Foram cadastradas no CNCA todas as crianças e adolescentes aos quais foi aplicada a medida protetiva de acolhimento institucional ou familiar.

O processo de “medida de proteção” ou similar, referente ao infante em situação de risco, acolhido ou não, deve preferencialmente ser autônomo em relação a eventual ação de destituição do poder familiar de seus genitores, bem como à ação de adoção ou quaisquer outros procedimentos onde se deva observar o contraditório, podendo ser arquivado ou desarquivado por decisão judicial sempre que a situação de risco subsistir, para preservar, num só feito, o histórico do infante e, ao mesmo tempo, manter o processo sempre acessível, enquanto as outras ações, com rito próprio, possam se encontrar em carga com quaisquer das partes ou vir a ser objeto de recurso para os tribunais.

Nos casos de crianças ou adolescentes acolhidos há mais de 6 (seis) meses, constatado pelo magistrado que diante das peculiaridades haja possível excesso de prazo no acolhimento sem o ajuizamento de ação de destituição do poder familiar dos pais biológicos, recomenda-se seja concedida vista imediata dos autos ao Ministério Público para manifestação expressa sobre tal situação.

Importante: Caso o entendimento do Ministério Público seja pela não propositura da ação de destituição do poder familiar dos pais biológicos e a manutenção do acolhimento, ante o risco da perpetuação da indefinição da situação, recomenda-se ao magistrado, diante da excepcionalidade e provisoriedade da medida protetiva de acolhimento, que encaminhe cópia dos autos ao Procurador Geral de Justiça para eventual reexame, podendo, para tanto, se utilizar da analogia com o disposto no art. 28 do CPP.

As comarcas nas quais não existem entidades de acolhimento e, conseqüentemente, não haja crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente devem, no prazo de 10 (dez) dias, inserir esta informação no CNCA, caso ainda não o tenham feito, em local específico: página inicial, quadro à esquerda, item **Inexistência acolhido/entidade de acolhimento**.

Devem ser permanentemente atualizados, no Cadastro Nacional de Adoção – CNA, os dados da comarca referente aos **pretendentes habilitados** e às **crianças e adolescentes aptos à adoção**, excluindo-se e corrigindo-se as inconsistências.

Recomenda-se aos magistrados com competência em matéria da infância e juventude que estabeleçam atuação integrada com os órgãos de gestão das políticas de assistência social, educação e saúde, nos âmbitos municipal e estadual, especialmente no que se refere à aplicação de medidas protetivas para crianças e adolescentes e suas respectivas famílias por meio da oferta e reordenamento dos serviços de atendimento das áreas correspondentes.

O acesso aos cadastros da infância e da juventude pode ser feito por meio do site da Infância e Juventude, hospedado no portal do TJBA, no endereço eletrônico www.tjba.jus.br/infanciaejuventude. Orientações adicionais podem ser prestadas pela CIJ, via telefone ((71) 3372-7504 / 1714 /1711) ou meio eletrônico (cijbahia@tjba.jus.br).

Todos os juízes com jurisdição para a infância e juventude têm acesso aos cadastros e podem solicitar o cadastramento de servidores na condição de auxiliares para alimentação dos sistemas, através de ofício dirigido à Cordenadoria, a ser enviado preferencialmente por meio eletrônico ao endereço cijbahia@tjba.jus.br.

Clique [aqui](#) para acessar o Provimento 32 do CNJ na íntegra.

Clique [aqui](#) para acessar modelo de cadastro de crianças e adolescentes acolhidos

Clique [aqui](#) para acessar modelo de cadastro de entidade de acolhimento

Fonte: CIJ